

O QUE HÁ DE REALMENTE NOVO NO RURAL BRASILEIRO¹

José Graziano da Silva²

Mauro Del Grossi³

Clayton Campanhola⁴

RESUMO

Este texto apresenta os principais resultados das fases I e II do projeto temático denominado Projeto Rurbano: Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/99, que objetiva analisar as recentes transformações nas relações urbano-rural em 11 estados brasileiros. As pesquisas foram iniciadas em 1996, e atualmente encontram-se na fase III. Na fase I, basicamente, analisaram-se as ocupações das pessoas residentes no meio rural, enquanto na fase II analisaram-se as famílias, no que diz respeito à pluriatividade e às rendas agrícolas e não-agrícolas. Segundo as estimativas, o número de trabalhadores rurais e famílias dedicadas exclusivamente às atividades agrícolas vem decrescendo rapidamente, acompanhado por um crescimento de trabalhadores rurais e famílias ocupadas em atividades não-agrícolas, isto é, unidades familiares em que nenhum membro está engajado em atividades agrícolas. Além disso, crescem rapidamente os números de famílias com aposentados e com desempregados no meio rural brasileiro. Também se discute as dinâmicas econômicas geradoras dessas ocupações e rendimentos não-agrícolas nas áreas rurais, e, finalmente, propõe-se um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento rural considerando as novas funções dessas áreas.

Palavras-chave: pluriatividade, ocupações rurais e agrícolas, atividades não-agrícolas, rendas rurais, políticas de desenvolvimento rural.

WHAT IS REALLY NEW IN THE BRAZILIAN RURAL AREA

ABSTRACT

This paper presents the main achievements of phases I and II of a thematic project named “Rurbano Project: Characterization of the Brazilian New Rural Sector, 1981/99”, which aims at analyzing the main transformations occurring in the urban - rural relations in 11 Brazilian States. The research began in 1996 and currently is in its phase III. The phase I basically covered the types of occupation of rural residents and the phase II analyzed the income of agricultural multiple activities and non-

¹ Trabalho produzido com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência do Ministério da Ciência e Tecnologia – Pronex –, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep.

Aceito para publicação em janeiro de 2002.

² Professor titular de economia agrícola do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, bolsista do CNPq e consultor da Fundação Seade. E-mail: graziano@eco.unicamp.br

³ Pesquisador do Instituto Agrônômico do Paraná – Iapar, e professor da Faculdade do Norte Pioneiro – Fanorpi. E-mail: delgrossi@pr.gov.br

⁴ Pesquisador III da Embrapa Meio Ambiente – Jaguariúna, e bolsista do CNPq. E-mail: clayton@cnpma.embrapa.br

agricultural families residing in rural areas. According to estimates, the number of rural workers and families devoted exclusively to agricultural activities has decreased rapidly, accompanied by an increase in the number of non-farming rural workers and families, that is, units where no members are engaged in agricultural activities. There was also a rapid increase in the number of rural families with unemployed and retired members. We also discuss the dynamics of occupation and income generation in the Brazilian rural areas and, finally, we propose groups of public policies that could improve the rural development, considering the new functions observed in the Brazilian rural areas.

Key words: multiple activities, rural and agricultural occupations, non-agricultural activities, rural income, rural development policy.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar as principais conclusões obtidas nas pesquisas do Projeto Rurbano⁵ nas fases I e II e os tópicos que se propõe a pesquisar na fase III, que se iniciou em maio de 2001 e se prolongará até 2003. A fase I explorou basicamente os tipos de ocupações das pessoas residentes nas áreas rurais; e a fase II, as rendas das famílias agrícolas, pluriativas e não-agrícolas residentes nas áreas rurais⁶.

De forma muito sintética pode-se dizer que nossas pesquisas têm contribuído para derrubar alguns velhos mitos sobre o mundo rural brasileiro, mas que, infelizmente, podem estar servindo também para criar outros novos. Entre os velhos mitos destacam-se:

- O rural é sinônimo de atraso.
- O rural é sinônimo de agrícola.
- O êxodo rural é inexorável.
- O desenvolvimento agrícola leva ao desenvolvimento rural.
- A gestão das pequenas e médias propriedades rurais é essencialmente familiar.

⁵ É um Projeto Temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/99” que conta com financiamento parcial da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp e Pronex/CNPq/Finep, que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural em onze unidades da Federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF). Consulte a homepage do Projeto Rurbano na Internet (<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>).

⁶ As principais publicações das fases I e II estão disponíveis na nossa homepage e numa coletânea de quatro volumes organizada por Campanhola & Graziano da Silva (2000).

Entre os novos mitos que estão se destacando, tem-se:

- As Ocupações Rurais Não-Agrícolas – Orna’s – são a solução para o desemprego.
- As Ornas podem ser o motor do desenvolvimento nas regiões atrasadas.
- A reforma agrária não é mais viável.
- O novo rural não precisa de regulação pública.
- O desenvolvimento local gera automaticamente desenvolvimento.

Em outra oportunidade (Graziano da Silva, 2001), já esclarecemos nossa posição em relação a essas questões.

Neste texto procuraremos apresentar, resumidamente, as principais conclusões das pesquisas que permitem embasar as assertivas anteriores. Na primeira seção apresentamos uma sinopse do que denominamos “novo rural brasileiro”. Na seção 2 mostramos as principais Orna’s que vêm crescendo nos últimos anos. Na seção 3 analisamos os impactos dessas mudanças no trabalho e na renda das famílias rurais. Na seção 4 discutimos quais são as dinâmicas geradoras desse novo rural. E, finalmente, na seção 5 apresentamos um conjunto de propostas de políticas rurais, com ênfase nas não-agrícolas, para o desenvolvimento do novo rural brasileiro.

O QUE É O “NOVO RURAL”?

A partir de meados dos anos 80, assistimos ao surgimento de uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorre há tempos nos países desenvolvidos. Esse “Novo Rural”, como vem sendo denominado, compõe-se basicamente de três grandes grupos de atividades:

- Uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias.
- Um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços.
- Um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercados.

O termo “novas” foi colocado entre aspas porque muitas dessas atividades, na verdade, são seculares no País, mas não tinham, até recentemente, importância

econômica. Eram atividades de “fundo de quintal”, hobbies pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.), que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural, nos anos mais recentes. Muitas dessas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agroindustriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos da distribuição, comunicações e embalagens.

Tal valorização também ocorre com as atividades rurais não-agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços) e com as atividades decorrentes da preservação do meio ambiente, além de um amplo conjunto de atividades de “nichos de mercado”.

Mas o que há de novo nisso? Na verdade, sempre existiu a produção de flores e plantas ornamentais, de hortaliças, de cogumelos, etc. Entretanto, essas atividades foram praticamente recriadas a partir de demandas diferenciadas de nichos ou de uma diferenciação dos mercados tradicionais dessas mesmas atividades. E foram recriadas não apenas com uma roupagem nova, mas também com um conteúdo novo: são, no fundo, serviços que foram agregados às tradicionais cadeias produtivas agroindustriais, criando um novo espaço para a emergência de pequenos e grandes empreendimentos nesse longo caminho, que hoje vai do produtor rural ao consumidor final.

A produção de hortaliças é um caso exemplar dessa mudança de forma e de conteúdo. Primeiro, surgem novas formas de produzir que decorrem de mudanças na base técnica (estufas, hidroponia, produção orgânica) e de novas formas de integração ao circuito das mercadorias (produção sob encomenda, integração vertical com supermercados). Segundo, uma redivisão do trabalho que implica o aparecimento de novos ramos de produção, como é o caso dos produtores de mudas de hortaliças. Terceiro, o surgimento de novas hortaliças, o que significa não apenas novas espécies e variedades, mas também a agregação de valor aos produtos existentes, por meio da embalagem, do pré-processamento, da entrega em domicílio, entre outros.

É como se houvesse uma busca incessante dos capitais para converter em mercadorias todas as atividades com valores de uso, o que leva à criação de novos mercados e de novas necessidades, como explica Marsden (1990). Ao analisar transformações semelhantes que estão ocorrendo na Inglaterra, esse autor afirma que muitas famílias optaram por diversificar a sua prestação de serviços, e não a produção agrícola, como parte de uma estratégia de resistência a ingressar no *treadmill* tecnológico da Revolução Verde. A pluriatividade daí resultante é consequência desse esforço de diversificação dos pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem.

Não se pode considerar a pluriatividade como parte de um processo de proletarianização que resulta da decadência da propriedade familiar, mas sim como uma etapa da diferenciação social e econômica das famílias agrícolas (Fuller, 1990). Os produtores estão encontrando novas oportunidades a partir da valorização de bens não tangíveis, antes ignorados, como a paisagem, o lazer e os ritos dos cotidianos agrícola e pecuário.

A explicação mais geral para essas mudanças pode ser buscada no que Ploeg (1986) denominou de mercantilização das atividades agrícolas, tanto no que diz respeito às relações de produção como às relações de trabalho. Essa abordagem permite considerar as famílias rurais crescentemente dependentes dos capitais associados não apenas aos mercados agrícolas, mas a uma matriz de múltiplas atividades (pluriatividade) de seus membros.

Esse processo de geração de “novas” atividades no meio rural brasileiro mostra pelo menos duas características comuns. A primeira, refere-se ao fato de que elas se originaram de importações de outros países ou de atividades que antes não eram comerciais, isto é, tinham apenas valores de uso e não valores de troca. É o caso, por exemplo, do produtor rural que procura cobrir as despesas através do hobby de criar canários ou plantar cactus, para depois perceber que daí pode surgir uma nova atividade rentável. Em ambos os casos, o importante é que se criam novos espaços de reprodução do capital no meio rural brasileiro, muitas vezes revigorando regiões e atividades tradicionais que se mostravam decadentes. A segunda característica comum é que essas novas atividades, quando se transformam em atividades comerciais, já nascem como parte de uma cadeia produtiva altamente especializada e integrada a um complexo sistema de serviços

que delimitam nichos específicos. Na maioria das vezes, além das costumeiras transformações agroindustriais do produto agropecuário, soma-se uma rede de serviços pessoais e produtivos, que estreitam o caminho entre as preferências (socialmente condicionadas) do consumidor e do produtor rural.

A grande diferença em relação ao tradicional processo de agregar valor por meio da industrialização reside no fato de que as novas atividades geradas nos anos 90 não decorrem somente de demandas intermediárias no interior das cadeias produtivas. Nos anos 70, as principais atividades agropecuárias brasileiras transformaram-se em insumos da indústria de alimentos. Muitas saíram da produção rural de subsistência para virarem *commodities* indiferenciadas, a fim de atenderem a uma dieta relativamente padronizada de milhões de pessoas no País e no exterior. Agora, as novas atividades ganham impulso a partir de uma dinâmica que tem a ver mais com as demandas específicas de grupos de consumidores de média e alta renda dos grandes centros urbanos do País.

OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS

Uma outra forma de observar a nova ruralidade brasileira é pela ocupação das pessoas que residem em áreas rurais. O progresso técnico na produção agropecuária tem continuado e tem levado a uma simplificação das tarefas agrícolas, principalmente com a terceirização de operações mecanizadas. Os estabelecimentos que antes necessitavam de famílias numerosas para dar conta das várias tarefas no dia-a-dia da agricultura, hoje necessitam de cada vez menos pessoas. Por sua vez, surgem não só novas atividades agrícolas no meio rural, mas principalmente atividades não-agrícolas, que acabam absorvendo a mão-de-obra excedente da agricultura modernizada.

Observa-se, por exemplo, a expansão das construções rurais, quer para segunda moradia das famílias urbanas de rendas média e alta, em chácaras e sítios de lazer no interior, quer para moradia da população menos favorecida. As dificuldades crescentes para ingressar no mercado de trabalho urbano e de aquisição da casa própria, aliadas ao avanço das facilidades nos meios de transporte, têm feito com que o meio rural seja uma opção de moradia cada vez mais interessante para boa parte da população de baixa renda. Dessa forma, o meio rural também tem se tornado o espaço da moradia, revelando assim uma

de suas novas funções, além da produção de alimentos. Todas essas transformações podem ser captadas pela ocupação das pessoas.

A população economicamente ativa rural e agrícola

Antes de mais nada, é preciso dizer que a População Economicamente Ativa – PEA⁷ agrícola varia muito conforme o período de referência que se considera para definição da atividade principal da pessoa entrevistada, dada a grande variação sazonal das atividades agropecuárias. Como na definição usual da PEA, adotada pelo Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, toma-se como critério sempre a última semana de setembro, esse será também o período de referência adotado neste trabalho, ainda que se reconheça que esse procedimento subestime o número de pessoas que consideram a atividade agrícola como ocupação principal durante o ano⁸.

A Tabela 1 mostra a evolução da população brasileira de 1981 a 1992 e de 1992 a 1999. Note-se que a redução da população rural estanca nos anos 90, frente a uma população total que teve sua taxa de crescimento de 1,4% ao ano. A tendência de queda da população rural com dez anos ou mais, observada nos anos 80, reverteu-se, passando essa população a crescer a uma taxa de 0,9% a.a. no período de 1992 a 1999, porém ainda menor que o crescimento da população total. Ou seja, ainda houve um pequeno êxodo rural nos anos 90, mas a diferença entre o crescimento da população urbana e o da população total

⁷ Nos trabalhos do Projeto Rurbano, que envolvem comparações entre os anos 80 e 90, utilizamos sempre a série reconstituída a partir dos microdados que denominamos de População Economicamente Ativa – PEA –, usual ou restrita, para distinguir dos dados publicados das PNADs de 1992 a 1999, aos quais designamos de “PEA ampliada”. Del Grossi (1999) mostrou que a diferença entre as duas séries – que ele designou de “expansão conceitual” – era formada basicamente de aposentados, jovens em idade escolar, e de mulheres envolvidas nas suas tarefas domésticas, como cuidados com hortas domésticas e pequenos animais. Utilizando os dados publicados (PEA expandida) nós detectamos que quase 21% da população economicamente ativa na agricultura, em 1997, dedicava-se exclusivamente à agricultura de subsistência; a maioria era constituída de pessoas não remuneradas (34%) ou trabalhadores por conta-própria (30%). Os empregados agrícolas constituíam apenas 33% da população economicamente ativa engajada na agricultura em 1997.

⁸ As novas PNADs utilizaram dois períodos de referência: o ano e a semana anterior à data do levantamento. Em 1997, por exemplo, existiam 14,6 milhões de pessoas que declararam ter na agricultura sua atividade principal durante o ano, número esse que se reduz para 13,4 milhões de pessoas quando se considera a última semana de setembro. Ou seja, há quase um milhão e cem mil pessoas no País que declararam a atividade agrícola como ocupação principal nos 365 dias anteriores à data da entrevista (outubro de 94 a setembro de 1997), mas na semana de referência estavam ocupadas em atividades não-agrícolas, ou simplesmente não estavam ocupadas.

Tabela 1. População Economicamente Ativa – PEA –, segundo a situação de domicílio, condição de ocupação e ramo de atividade. Brasil ⁽¹⁾, 1981/1999 (milhões de pessoas).

Área	Milhões de pessoas			Taxa crescimento (% ao ano)			
	1981	1992	1999	1981/92		1992/99	
Urbano	85,2	113,4	127,8	2,6	***	1,7	***
Ocupados ⁽²⁾	31,7	46,5	52,8	3,6	***	1,8	***
Agrícola	2,6	3,7	3,4	3,3	***	-1,6	***
Não-agrícola	29,1	42,9	49,3	3,6	***	2,0	***
Rural	34,5	32,0	32,6	-0,7	***	0,2	***
Ocupados	13,8	14,7	14,9	0,6	***	-0,2	***
Agrícola	10,7	11,2	10,2	0,4	***	-1,7	***
Não-agrícola	3,1	3,5	4,6	1,2	***	3,7	***
Total	119,7	145,4	160,3	1,8	***	1,4	***

⁽¹⁾ Não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto do Estado de Tocantins.

⁽²⁾ PEA restrita, que exclui os não remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente à produção para autoconsumo e à autoconstrução.

Fonte: Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (1981, 1992-1999); Projeto Urbano, (2000).

é bem menor que na década anterior⁹. O importante é constatar que a população rural com dez anos ou mais reflete o comportamento da população em idade ativa, que passou a crescer após décadas de esvaziamento dos campos brasileiros.

Mas como pode a PEA rural voltar a crescer, se a PEA ocupada na agricultura continua reduzindo? Duas razões explicam essa recuperação do crescimento da população rural em idade ativa. A primeira, é o rápido crescimento das ORNAs, que já vinham aumentando na década anterior, e nos anos 90 se expandem a uma taxa de 3,7% a.a., em média, para o País. A segunda, o crescimento tanto dos desempregados (+10,8% a.a.) como dos inativos residentes em áreas rurais (+1,4% a.a.), em particular dos aposentados e pensionistas (+5,7% a.a.). O crescimento dessas duas categorias – desempregados e aposentados residentes no campo (Fig. 1) – é um dos mais importantes indicadores de que o meio rural

⁹ Para maiores detalhes, ver Del Grossi (2001).

População Rural Não Economicamente Ativa

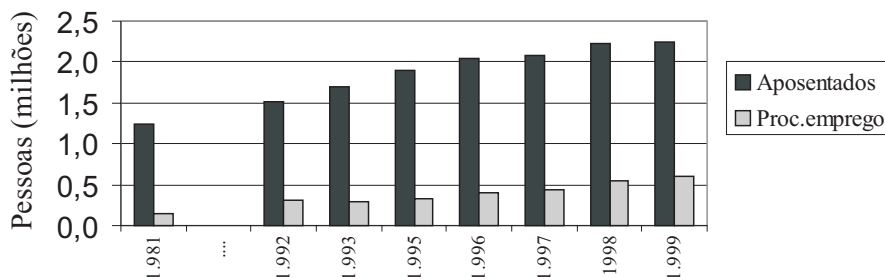


Fig. 1. Evolução das pessoas inativas e residentes no meio rural, segundo o ramo de atividade. Brasil, 1981/99.

brasileiro já se converteu também num lugar de residência dissociado do local de trabalho ou, ainda, de que os espaços rurais não são mais apenas espaços privatizados e locais de trabalho, e que as pessoas residentes no meio rural não estão necessariamente ocupadas, e, tampouco, ocupadas em atividades agrícolas.

Em resumo, o que manteve as pessoas no campo brasileiro não foram as atividades agropecuárias, mas, sim, tanto as ocupações não-agrícolas – pois cerca de 1,5 milhão de pessoas residentes em áreas rurais encontraram novos postos de trabalho em ocupações não-agrícolas entre 1981 e 1999 – como a ampliação da cobertura da Previdência Social para as áreas rurais.

Nesse processo, a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação dessas famílias. E como houve queda da renda agrícola nas últimas três décadas (Monteiro, 1998), observa-se uma crescente importância das atividades e rendas não-agrícolas entre as famílias rurais. Esse fenômeno é tão forte e rápido que nossos dados apontam que, em 1998, o total das rendas não-agrícolas já ultrapassava o montante das rendas agrícolas recebidas pelos moradores rurais. Isso significa essencialmente que as atividades agropecuárias já não respondem pela maior parte da renda da nossa população rural no final dos anos 90.

A expansão das atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro não é exclusividade de uma região específica, mas está disseminada por todo o País.

O Nordeste, que é a região rural mais populosa do Brasil, também concentra o maior contingente rural não-agrícola. Mesmo no Centro-Oeste, onde era esperado um crescimento da população envolvida com atividades agrícolas, devido à expansão das culturas temporárias nos cerrados nos anos 90, também se observa uma redução da PEA agrícola rural acompanhada do crescimento da PEA rural não-agrícola. Em São Paulo, a população rural não-agrícola já superou desde 1997 a população rural agrícola (Campanhola & Graziano da Silva, 2000).

As áreas rurais brasileiras também apresentam o crescimento do número de pessoas desempregadas, mas que continuam residindo nas áreas rurais, em todas as regiões brasileiras. Esse é um dos aspectos de urbanização dos nossos campos. Enquanto no passado as pessoas que deixavam a atividade agrícola também deixavam o campo, nos anos 90, para uma boa parte dessa população, que deixava a atividade agrícola, não mais imigrava para as cidades. Pode-se afirmar que o êxodo rural diminuiu ou quase acabou nos anos 90, embora exista ainda um forte êxodo agrícola.

Antes de prosseguirmos, um alerta: o fato de as pessoas residirem no meio rural não significa que também exerçam suas atividades no mesmo local. Assim, um pedreiro ou uma empregada doméstica que declare residir no meio rural pode perfeitamente ter seu local de trabalho num centro urbano próximo. Em casos como esses, o fato de medirmos as ocupações rurais não-agrícolas a partir do local de residência pode levar a uma superestimativa da capacidade de geração de empregos no meio rural. Mas isso também pode ser entendido como uma “nova função” não-agrícola do rural brasileiro: a de propiciar residência para um importante contingente de pessoas.

Outro ponto abordado no Projeto Rurbano referiu-se à distribuição e à evolução do número de pessoas nas diferentes áreas censitárias do País (Tabela 2). Com esse objetivo, agrupou-se em quatro as oito diferentes aberturas disponíveis nas Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios – PNADs –, feitas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, para apreender melhor as situações intermediárias do *continuum* rural-urbano¹⁰. Essas duas categorias intermediárias são: a periferia, formada por aquelas áreas formalmente definidas como urbanas, mas que não dispõem da infra-estrutura e

¹⁰ Essas aberturas procuram dar conta do *continuum* existente entre as áreas urbanas que possuem toda a infra-estrutura e os serviços públicos básicos (como luz, água e coleta de lixo) até aquelas áreas rurais destinadas exclusivamente à exploração agropecuária (rural agropecuário).

Tabela 2. Evolução da população total segundo diferentes áreas censitárias. Brasil, 1992-99⁽¹⁾.

Situação do domicílio	População (milhões de pessoas)			Distri- buição (%)	Taxa de crescimento (% a.a.)	
	1992	1996	1999		1992/99	1996/99
Urbano	111,9	120,6	125,8	78,4	1,7 ***	1,4 ***
Periferia	1,9	2,2	2,5	1,5	3,7 ***	4,1 **
Povoados	4,2	4,4	4,6	2,9	1,8 ***	1,8 **
Rural agropecuário	27,4	26,8	27,5	17,2	0,0	1,0 ***
Tradicional (IBGE)						
Urbano	113,4	122,4	127,8	79,7	1,7 ***	1,4 ***
Rural	32,0	31,6	32,6	20,3	0,2	1,1 ***
Total	145,4	154,0	160,3	100,0	1,4 ***	1,3 ***

⁽¹⁾ Não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto do Estado de Tocantins.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1981, 1992-1999); Projeto Rurbano (2000).

dos serviços que deveriam caracterizá-la; e os povoados, que se constituem em aglomerações rurais e urbanas isoladas, não possuindo assim nenhuma contigüidade com centros urbanos¹¹.

Os dados apresentados na Tabela 2 mostram que 78,4% da população brasileira vivia em áreas urbanas, em 1999, contra apenas 17,2% em rural agropecuário, assim designado para ressaltar o caráter das explorações agropecuárias que aí predominam. Esses valores diferem pouco da caracterização clássica oficial que aponta para quase 80% da população residente em áreas urbanas, em 1999, contra pouco mais de 20% em áreas rurais. Ou seja, considerando-se apenas as áreas urbanas, encontra-se aí 78,5% da população brasileira registrada pela PNAD, em 1999, contra apenas 17,2% no rural agropecuário; os restantes (4,3%) residem em áreas intermediárias (periferias e povoados) desse “*continuum* rural-urbano”¹².

¹¹ Para uma explicação mais detalhada dessas áreas, ver Souza (2000).

¹² Há uma grande subestimação dessas áreas “intermediárias”, uma vez que em alguns estados, como é o caso do Paraná, as PNDAs não registram nenhum domicílio na área periferia sem nenhuma justificativa aparente. Ver a respeito, Souza (2000).

Observando as taxas de crescimento apresentadas na Tabela 2, nota-se que há mudanças importantes na segunda metade da década, após a Contagem de 1996¹³. A maior delas sem dúvida é a retomada do crescimento da população rural residente naquelas áreas consideradas exclusivamente rurais onde predominam as explorações agropecuárias, que chamamos de rural agropecuário: depois de 1996, a taxa de crescimento foi de 1% a.a., o que ainda é menor que a da população total, mas altamente significativa. Isso representou cerca de 700 mil residentes dentro de um milhão de pessoas a mais registradas nas áreas rurais entre 1996 e 1999. Um detalhe importante: a forte queda da população que habita os núcleos rurais, que são, no nosso entender, as antigas “colônias” das fazendas, levando praticamente ao seu desaparecimento. Embora consistente com as notícias de destruições das habitações em colônias rurais em algumas áreas do país, como nas regiões canavieiras da Zona da Mata Nordestina e no interior dos estados de São Paulo e Paraná (Graziano da Silva, 1999), cremos que é preciso um aprofundamento das análises dessas diferentes categorias de áreas censitárias “intermediárias” entre o urbano e o rural exclusivo para verificar se de fato elas estão captando os fenômenos dessa nova ruralidade que estamos procurando mostrar.

Ramos e setores de atividades das Ornas

A população ocupada pode ainda ser desmembrada nos vários ramos de atividade. O desmembramento é especialmente interessante para a população rural envolvida com atividades não-agrícolas, pois fornece mais elementos para a análise do que realmente há de novo no rural brasileiro.

Como se pode observar na Tabela 3, o ramo da prestação de serviços é o que sobressai, ocupando quase um 1,3 milhão de pessoas em todo o País, em 1999. Seguem, em ordem de importância, a Indústria de Transformação, que ocupava 800 mil pessoas, a Indústria da Construção Civil, com pouco mais de

¹³ As PNADs baseiam-se em projeções de crescimento da população, e após a contagem populacional de 1996 as estimativas para os anos 90 foram revisadas. Infelizmente, são cada vez maiores as indicações de que os dados da contagem populacional estão fortemente subestimados. No caso das áreas rurais do interior de São Paulo, por exemplo, a subestimação fica evidente ao se constatar uma elevação generalizada nas taxas de crescimento populacional entre 1996 e 2000, após terem mostrado fortes quedas quando comparadas aos dados da contagem de 1996 com o Censo Demográfico de 1991. Como a contagem de 1996 foi realizada em conjunto com o Censo Agropecuário de 1995/96, este também deve ter sido afetado pela subenumeração. Para o Estado de São Paulo há uma outra pesquisa nas áreas rurais paulistas neste mesmo período (o Lupa), o que torna possível evidenciar as regiões mais afetadas.

Tabela 3. População ocupada⁽¹⁾ em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais. PEA restrita. Brasil,⁽²⁾ 1992-99. (1.000 Pessoas).

Ramos de atividades	1992	1995	1997	1999	1992/99 (% a.a.)
Rural não-agrícola	3.497	3.883	4.087	4.620	3,7 ***
Indústria	1.200	1.306	1.337	1.555	3,0 *
Indústria de transformação	773	791	780	809	0,4
Indústria da construção	312	396	446	631	8,2 **
Outras atividades industriais	115	119	111	115	0,6
Serviços	2.297	2.577	2.752	3.065	4,1 ***
Comércio de mercadorias	452	517	532	579	4,1 ***
Prestação de serviços	975	1.106	1.207	1.277	3,9 ***
Serviços auxiliares	55	64	75	122	13,6 ***
Transporte ou comunicação	146	147	173	199	5,8 ***
Serviços sociais	469	507	506	588	2,5 ***
Administração pública	162	199	212	239	3,7 **
Outras atividades	38	37	47	61	7,7 ***

⁽¹⁾ Não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto do Estado de Tocantins.

⁽²⁾ PEA restrita, que exclui os não remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente ao autoconsumo.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1992-1999); Projeto Rurbano (2000).

600 mil pessoas, e o Comércio de Mercadorias e Serviços Sociais, com cerca de 500 mil pessoas cada. Agregando-se as pessoas ocupadas nos diversos ramos de serviços, observa-se que mais de dois terços daquelas residentes em áreas rurais ocupadas em atividades não-agrícolas estão, hoje, ocupadas no ramo de serviços prestados.

O ramo da indústria da construção civil tem uma oscilação maior que os outros ramos, por causa da sua variação temporal, que também varia conforme as regiões do Brasil. No Nordeste, por exemplo, nesse ramo são computados os trabalhadores empregados nas frentes de trabalho no combate a secas como operários da construção civil.

A seguir, são apresentadas as mesmas pessoas residentes nas áreas rurais ocupadas em atividades não-agrícolas classificadas segundo o setor de atividade¹⁴ em que trabalhavam (Tabela 4).

Quando se detalha melhor os setores de ocupação de cada ramo de atividade econômica, é possível visualizar com maior clareza qual a dinâmica econômica que se destaca. Assim, dentro do ramo da administração pública, a administração municipal é a mais importante fonte de emprego rural não-agrícola, respondendo por 59% das ocupações. Da mesma maneira, pode-se constatar que no ramo de comércio de mercadorias, os setores mais importantes são comércio de alimentos e comércio ambulante, atividade ainda típica do interior rural brasileiro.

Tabela 4. População ocupada⁽¹⁾ em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais. PEA restrita. Brasil,⁽²⁾ 1992-99. (1.000 pessoas).

Setores de atividades	1992	1995	1997	1999	1992/99 % a.a
Rural não-agrícola					
Emprego doméstico	508	620	680	702	4,8 ***
Construção civil	312	396	446	631	8,2 **
Estab. ensino público	348	353	347	393	0,7
Comércio alimentos	181	223	203	208	1,6 *
Restaurantes	125	132	171	197	6,9 ***
Indústria transformação	154	154	153	167	-1,2
Indústria alimentos	173	174	165	158	0,5
Administração municipal	94	119	141	158	4,9 *
Comércio ambulante	92	117	106	138	7,5 ***
Alfaiataria	143	127	122	119	-3,4 ***
Transporte público	45	45	65	79	10,6 ***
Transporte de carga	71	70	71	78	2,6 **
Indústria de madeiras	76	89	75	78	-1,2
Assist. técnica – veículos	43	64	57	66	5,3 ***
Indústria de calçados	37	31	36	48	1,9
Subtotal	2.402	2.715	2.837	3.219	3,6 ***
Total	3.497	3.883	4.087	4.620	3,7 ***

⁽¹⁾ Não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto do Estado de Tocantins.

⁽²⁾ PEA restrita, que exclui os não remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente à produção para o autoconsumo e à autoconstrução.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1992-1999); Projeto Urbano (2000).

¹⁴ É uma alusão à atividade principal do empreendimento, em que as pessoas trabalham. Na PNAD a questão formulada é: “Qual era a atividade principal do empreendimento (negócio, firma, empresa, instituição, entidade, etc.) em que tinha esse trabalho?”. Dessa forma, a atividade foi obtida em razão da finalidade ou do ramo de negócio da organização, empresa ou entidade. Para os trabalhadores por conta-própria a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida.

O setor de emprego doméstico é o líder na absorção de postos de trabalhos não-agrícolas no meio rural brasileiro. Depois do emprego doméstico, o segundo colocado é a construção civil, pertencente ao ramo do mesmo nome. Note-se que ambos os setores são conhecidos pelos baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional da maioria dos seus trabalhadores.

No terceiro lugar de setores rurais não-agrícolas vêm os estabelecimentos de ensino público, do ramo Serviços Sociais. Seguem os setores comércio de alimentos, restaurantes, indústria de transformação, indústria de alimentos, administração municipal, comércio ambulante, alfaiataria, transporte, indústria de madeiras, assistência técnica de veículos e indústria de calçados. Esses são os setores que ocupam mais de dois terços da mão-de-obra rural não-agrícola. Quase todos os setores acima citados cresceram nos anos 90, com exceção da alfaiataria.

As principais ocupações¹⁵ não-agrícolas da PEA rural, ou seja, as profissões que tais pessoas estão exercendo efetivamente nos postos de trabalho não-agrícolas estão apresentados na Fig. 2. Também é possível selecionar as

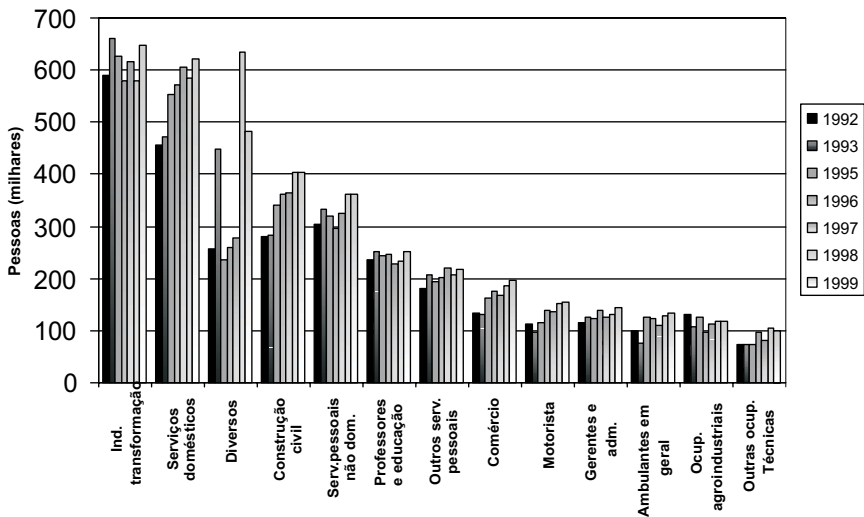


Fig. 2. Principais ocupações agregadas da população rural residente em áreas não-metropolitanas e agropecuárias. Brasil, 1999.

¹⁵ A ocupação foi definida como o cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa. A pergunta da PNAD para este quesito era: "Qual a ocupação que exercia no trabalho que tinha na semana de 24 a 30 de setembro?". Souza (2000) agregou as profissões semelhantes, formando grupos de ocupações agregadas.

ocupações não-agrícolas mais frequentes e analisar seu desempenho nas várias regiões brasileiras. São elas, em ordem decrescente: serviços, domésticos, ajudante diversos, pedreiros, serviços conta-própria, balconistas (vendedores), motoristas, professores de primeiro grau (inicial), serventes, faxineiros, ajudante de pedreiro, cozinheiros, diversos, vendedores, ambulantes, costureiros, forneiros em olaria, bordadeiras, diaristas domésticas e vigias.

Nas várias regiões do Brasil, a situação se repete: o setor do emprego doméstico é o líder de ocupação, seguido pela construção civil. Nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste também é importante a participação das pessoas ocupadas no setor do ensino público.

As ocupações acima constituem mais de 50% do total das ocupações não-agrícolas do meio rural brasileiro. Enquanto no meio urbano as profissões em alta são: trabalhadores de limpeza, construção civil e professores de segundo grau; no meio rural são: empregados domésticos, construção civil, serviços conta-própria, professores de primeiro grau e vendedores. Novamente, constata-se que são profissões que requerem baixa qualificação e pouca escolaridade¹⁶.

Quanto ao gênero das pessoas envolvidas nessas ocupações mais frequentes, observa-se que as ocupações de serviços domésticos, professores de primeiro grau e costureiras são típicas de mulheres, enquanto que pedreiros, motoristas ou serventes de pedreiros são ocupações masculinas. Já as ocupações de balconistas atendentes, ambulantes e diversos têm participação mais ou menos equilibrada de homens e mulheres. Na média geral, o contingente de mão-de-obra rural não-agrícola tem a participação masculina e feminina equilibrada, porém há distribuição diferenciada de profissões entre os gêneros.

Em resumo, enquanto nos anos 80 a PEA agrícola cresceu significativamente apenas nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde ainda havia um movimento de expansão da fronteira agrícola, nos anos 90 nota-se uma queda generalizada do emprego agrícola em todas as regiões do País, especialmente em função da maior mecanização dos tratos culturais e da colheita. Note-se também que a redução no emprego agrícola é sempre muito mais acentuada que a redução da

¹⁶ É inadequado, porém, generalizar indiscriminadamente a baixa qualificação profissional, pois existem ocupações com níveis médio e elevado de qualificação, contudo sempre com baixa frequência nas amostras das PNADs. Isso não deixa de ser também algo de novo no rural brasileiro, ou seja, o fato de que profissionais liberais não ligados a atividades agropecuárias venham a residir em áreas rurais.

PEA Rural Ocupada. Isso porque houve em todas as regiões do País elevado crescimento das atividades rurais não-agrícolas e dos aposentados, nos anos 90.

IMPACTOS NA OCUPAÇÃO E RENDA DAS FAMÍLIAS RURAIS

Na seção anterior utilizamos todas as pessoas integrantes da PEA como unidade de análise, uma vez que estávamos interessados em caracterizar as ORNAs. Mas também é relevante analisar as ocupações agrícolas e não-agrícolas entre os membros da família rural, uma vez que é essa combinação que irá determinar a renda per capita delas. Assim, nesta seção, nossa unidade de análise serão as famílias rurais extensas que incluem, além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio. Procuramos construir, assim, uma unidade de consumo e renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que partilham entre si um “fundo comum” de recursos monetários e não-monetários.

A tipologia utilizada na fase II do Projeto Rurbano classifica as famílias extensas por atividade e posição na ocupação (empregadores, conta-própria, empregados e não-ocupados). A classificação dessas famílias pela posição na ocupação se dá da seguinte forma:

Empregador 3+: famílias com pelo menos um membro na posição de empregador, contratando três ou mais assalariados permanentes para seu negócio.

Empregador 2-: famílias com pelo menos um membro na posição de empregador, contratando até dois assalariados permanentes para seu negócio.

Conta-própria: família sem nenhum empregador, mas com um membro com negócio próprio, contando com a ajuda dos membros da família.

Empregados: famílias sem nenhum empregador ou conta-própria, com pelo menos um membro trabalhando como assalariado.

Não-ocupados: famílias sem empregador, conta-própria ou assalariados, cujos membros não tiveram nenhuma atividade produtiva na semana de referência da PNAD.

As famílias também foram classificadas de acordo com as atividades exercidas por seus membros:

Agrícolas: quando todos os membros exerceram atividades agropecuárias como ocupação principal.

Pluriativas: famílias nas quais pelo menos um membro exerceu uma ocupação agrícola e outro, uma não-agrícola; ou, ainda, quando pelo menos um dos membros declarou exercer dupla atividade agrícola (ocupação principal e secundária) na semana de referência.

Não-agrícolas: famílias em que um ou mais membros declararam exercer somente atividades não-agrícolas, tanto na atividade principal como na secundária.

Não-ocupados: nenhum membro ocupado na semana.

O resultado dessa classificação está na Tabela 5. Existem pelo menos 3 milhões de famílias com alguma forma de pluriatividade no Brasil.

O contingente mais numeroso dos residentes em áreas rurais é o de famílias de conta-própria que somavam quase 3,8 milhões, o que representava quase metade das famílias rurais do País. A Região Nordeste concentrava mais da metade, ou seja, mais de 2 milhões de famílias de conta-própria; e a Região Sul, quase 20%. A maioria das famílias de conta-própria é agrícola (54% ou 2 milhões) e tem uma distribuição pelas diferentes regiões do País, similar à apresentada anteriormente. Mas existiam também 1,1 milhão de famílias rurais de conta-própria que eram pluriativas, sendo que quase dois terços delas residiam na Região Nordeste; e outras 595 mil, cujos membros exerciam exclusivamente atividades não-agrícolas, metade das quais também residente nas áreas rurais do Nordeste.

Depois dos conta-própria, o contingente mais numeroso no meio rural brasileiro é o das famílias de empregados, que contavam 3,1 milhões em 1999.

Tabela 5. Número de famílias (1.000) do Brasil.⁽¹⁾ 1999.

	Agrícola	Pluriativos	Não-agrícolas	Não-ocupados
Empregador3+	36	75	1.147	
Empregador 2-	192	199	889	
Conta própria	2.441	1.875	9.421	
Empregados	2.135	913	17.663	
Não-empregados				5.865

⁽¹⁾ Não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto do Estado de Tocantins.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1992-1999); Projeto Rurbano (2000); Projeto Rurbano (2000).

Somando-se as famílias de assalariados pluriativas (522 mil) com as de não-agrícolas residentes no meio rural (1,2 milhão), obtem-se um número que é superior ao das famílias de empregados residentes no meio rural que se dedicam exclusivamente às atividades agrícolas. Ou seja, em 1999, para o Brasil (exceto a Região Norte), o número de famílias de empregados residentes na zona rural que tinham pelo menos um de seus membros ocupado em atividades não-agrícolas já era superior ao número de famílias que se dedicavam exclusivamente às atividades agrícolas¹⁷.

A distribuição regional dessas famílias rurais de empregados indica um peso relativamente maior das regiões agrícolas mais desenvolvidas, como, por exemplo, o Sudeste, que possui mais de um terço (incluindo São Paulo, que sozinho, tem mais de 10%), embora o Nordeste continue a abrigar também o maior contingente (cerca de 40%) desses trabalhadores sem acesso à terra.

A análise das tendências no período de 1992 a 1999 mostra um crescimento significativo das famílias dos empregados residentes em áreas rurais, especialmente daquelas famílias de empregados não-agrícolas, as quais apresentaram fortes aumentos em todas as regiões, compensando a queda nas famílias assalariadas exclusivamente agrícolas. Nota-se também um explosivo crescimento do número de famílias de trabalhadores não-ocupados em todas as regiões consideradas, ou seja, de famílias em que todas as pessoas com mais de dez anos não estavam ocupadas na semana de referência – que passaram de 592 mil para 805 mil famílias entre 1992 e 1999, um crescimento de 213 mil famílias em sete anos.

Mas o que é mais preocupante são as tendências desses grupos. Como vimos, as principais categorias que compõem o que poderíamos chamar de “agricultura familiar” mostram uma tendência à estagnação (como é o caso das famílias de conta-própria agrícolas e ou pluriativas). Por sua vez, o conjunto das “famílias sem-terra” representadas pelos empregados rurais e especialmente as de trabalhadores rurais desempregados – e que constituem o subgrupo mais precário dentre os sem-terra, pois também são “sem emprego” – mostram uma tendência de crescer rapidamente, tendência essa que se acentua nos anos de

¹⁷ Merece destaque também a situação inversa: em 1999, existiam quase 700 mil famílias de trabalhadores residindo em zonas urbanas, cujos membros se ocupavam exclusivamente em atividades agrícolas; e outras 513 mil famílias pluriativas, o que dá um total de quase 1,2 milhão de famílias de trabalhadores residindo em áreas urbanas que têm ao menos um de seus membros ocupados em atividades agrícolas.

1995 a 1999, com a política recessiva adotada pelo Plano Real, na tentativa de alcançar a estabilização monetária.

A evolução da renda das famílias rurais

Em geral, as famílias agrícolas têm sempre uma renda média per capita inferior à das pluriativas. As famílias rurais não-agrícolas – tanto de trabalhadores por conta-própria como as de empregados – têm uma renda per capita que é quase o dobro da renda das famílias agrícolas e muito superior também à das pluriativas. Isso se explica pela heterogeneidade das Orna's, como mostramos anteriormente, uma vez que sob a classificação de conta-própria ou empregados não-agrícolas podem estar tanto a empregada doméstica como técnicos altamente especializados.

A composição da renda das famílias revela a grande dependência das famílias de conta-própria agrícolas das transferências de renda na forma de aposentadorias e pensões. Nas famílias de conta-própria agrícolas com áreas menores que 10 ha, o peso das aposentadorias e pensões chega a representar entre um quarto e um terço da renda familiar; já entre as pluriativas, essa proporção é bem menor, situando-se na faixa dos 10% a 15% entre as famílias que possuem menores áreas. Isso significa que as transferências da Previdência Pública desempenham um papel importante na reprodução dos pequenos agricultores familiares e sugere que uma previdência social combinada com a extensão dos serviços públicos para as áreas rurais seriam políticas importantes para conter o êxodo rural, ao mesmo tempo em que poderiam funcionar como uma renda mínima para suporte da agricultura familiar de subsistência, nas regiões menos desenvolvidas do País, como o Nordeste.

Evidentemente, há muitas razões que justificam as diferenças entre as rendas agrícolas e não-agrícolas, inclusive uma provável maior subestimação das rendas agrícolas dos empregadores e conta-própria vis-à-vis os rendimentos provenientes do trabalho assalariado dos empregados não-agrícolas. Nossa intenção é apenas chamar a atenção para o fato de que as rendas das atividades agropecuárias – particularmente das famílias rurais – estão entre as menores do País. E que, portanto, a possibilidade de encontrar ocupações não-agrícolas é fundamental para se elevar – e porque não dizer, também, estabilizar – as rendas das famílias residentes no meio rural.

As dificuldades de se obter estimativas comparáveis em função das elevadas taxas de inflação vigentes e das distorções introduzidas pelos dois planos de

estabilização econômica – Plano Collor e Plano Real – aplicados no período, tornam praticamente impossível analisar a evolução das rendas familiares na primeira metade da década de 90.

As taxas de crescimento calculadas para o subperíodo inteiramente sob vigência do Plano Real mostram que a renda média mensal de todas as famílias brasileiras apresentou uma pequena mas significativa tendência de queda entre 1995 e 1999. Mas quando se considera os diferentes tipos de famílias rurais, tanto as famílias de empregadores, conta-própria, assim como as de empregados, observa-se uma estabilidade na renda familiar.

Essa estabilidade da renda per capita das famílias rurais, ao longo da década, pode ser explicada pela redução do número de membros das famílias rurais nos anos 90, o que faz com que as famílias antes extensas tendam a se aproximar de famílias nucleares com poucos filhos, tal como já ocorre no meio urbano. Mas nas famílias conta-própria agrícolas e pluriativas, o fator mais importante que estabilizou a renda per capita foi o crescimento das rendas de aposentadorias, compensando a significativa queda nas rendas agrícolas da agricultura familiar, em particular, como mostra a Tabela 6.

Tabela 6. Composição e evolução da renda familiar das famílias de conta-própria rurais. Brasil, 1995-99. (R\$ de Set/99).

Famílias	Agrícola		Não-agrícola		Aposentadorias		Outras rendas		Renda familiar	
	1999	1995/99	1999	1995/99	1999	1995/99	1999	1995/99	1999	1995/99
	(R\$)	%a	(R\$)	%a	(R\$)	%a	(R\$)	%a	(R\$)	%a
Conta própria	194,77	-5,4 ***	139,85	2,9 *	72,41	5,4 **	12,27	4,6	419,30	-1,0
Agrícola	228,56	-4,2 **	0,00	-	82,49	6,7 **	10,10	4,6	321,16	-1,6
Pluriativo	240,49	-5,3 **	160,97	0,4	60,48	4,9 *	11,41	2,3	473,35	-2,2*
Não-agrícola	0,00	-	563,08	-1,0	60,87	2,3	20,05	5,6	644,91	-0,6

***, **e* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, ASE/IAPAR.

AS DINÂMICAS GERADORAS DO NOVO RURAL

As informações anteriormente apresentadas demonstram o crescimento das ocupações não-agrícolas na população rural brasileira. Esse fenômeno não é recente, mas assumiu algumas características peculiares, principalmente na década de 90.

Várias dinâmicas econômicas estão agindo no meio rural com o propósito de incrementar a pluriatividade. Na literatura, podemos encontrar descritas cinco dinâmicas distintas (Klein, 1992; Weller, 1997), às quais acrescentamos mais três para o caso brasileiro, que impulsionam a geração de demanda nos mercados de trabalho rural não agropecuário, que obviamente não são excludentes entre si. Três delas vinculam-se diretamente às atividades agropecuárias, a saber:

- Atividades econômicas derivadas da produção direta de bens e serviços agropecuários ou indiretamente da sua comercialização, processamento e transporte, bem como o consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados nesses processos. Essa dinâmica pode ainda ser subdividida em:
- Atividades agropecuárias derivadas da produção desses bens, realizadas diretamente pelos estabelecimentos agropecuários.
- Atividades agroindustriais derivadas do processamento de bens agropecuários, bem como do consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados na produção de bens e serviços agropecuários.
- Serviços auxiliares das atividades econômicas derivados da produção de bens e serviços agropecuários ou da sua comercialização, processamento e transporte, bem como o consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados nesses processos.
- Atividades derivadas do consumo final da população rural, que incluem a produção de bens e serviços não-agropecuários tanto de origem rural como urbanas, como os serviços auxiliares a estes relacionados (transporte, comércio varejista, etc.).
- Atividades derivadas da grande disponibilidade de mão-de-obra excedente do setor camponês, denominado setor de refúgio, englobando-se aí tanto o trabalho em domicílio, como o trabalho complementar daqueles que exercem outra atividade remunerada fora de suas unidades produtivas, seja ela agrícola ou não.

As outras duas dinâmicas citadas na literatura (Klein, 1992; Weller, 1997) e que não se vinculam diretamente às atividades agropecuárias são:

- Consumo final não-agrícola pela população urbana, como o artesanato, o turismo rural, etc.; que são constituídos por bens e serviços não-agrícolas que podem ser realizados internamente nas explorações agropecuárias.
- Serviços públicos nas zonas rurais.

Essas dinâmicas não são suficientes para explicar todas as fontes de ocupações não-agrícolas brasileiras. Por isso, foram acrescentadas mais três para o caso brasileiro:

- Demanda da população rural não-agrícola de altas rendas por áreas de lazer e/ou segunda residência (casas de campo e de veraneio, chácaras de recreio), bem como os serviços a elas relacionados (caseiros, jardineiros, empregados domésticos etc.).
- Demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para construção de suas moradias em áreas rurais situadas nas cercanias das cidades, mas que já possuem uma infra-estrutura mínima de transportes e serviços públicos, como água e energia elétrica.
- Demanda por terras não-agrícolas por parte de indústrias e empresas prestadoras de serviços, que buscam o meio rural como uma alternativa mais favorável de operação.

Denominamos as três últimas dinâmicas de imobiliárias. São dinâmicas de origem tipicamente urbana impulsionadas muito mais pelo crescimento das cidades da região, especialmente nas Regiões do Centro-Sul do País, que concentram a grande maioria da população de rendas mais altas, assim como a agricultura mais moderna do País. Mas derivam todas de situações onde o elemento fundamental que as impulsiona nada tem a ver com o desempenho das atividades agrícolas que porventura aí se localizem. Na verdade, são dinâmicas de Ornas de origem tipicamente urbanas que são impulsionadas muito mais pelo crescimento das grandes e médias cidades da região onde se inserem, que das próprias áreas rurais onde ocorrem e não de transformações ocorridas no interior do setor agropecuário. Nesse caso, o motor do crescimento das Ornas não são internas ao setor agrícola, mas sim às demandas urbanas por bens e serviços não-agrícolas: é isso, em essência, o que há de novo no rural brasileiro e latino-americano¹⁸. E refletem, no fundo, mais uma tentativa de ampliar os mercados agrícolas, cada vez mais restritos, pela incorporação de novos mercados, na verdade, novas mercadorias que não têm origem agropecuária no seu sentido estrito. Nesses casos, a dinâmica da geração dos empregos rurais não-agrícolas vem basicamente de impulsos gerados pelos setores urbanos que lhes são adjacentes. No caso de países como o Brasil, que possui em praticamente todas

¹⁸ Infelizmente, esse ponto essencial à compreensão de por que chamamos “novo rural” não nos parece suficientemente destacado na literatura disponível sobre geração de Orna’s na América Latina. Ver sobre o assunto o número especial de *World Development* (v. 20, n. 3, mar. 2001) dedicado ao tema.

as suas regiões grandes aglomerados urbanos, essas demandas geradas pelos setores urbanos e independentes das atividades agrícolas locais podem vir a ter importância decisiva para o desenvolvimento rural de uma dada região.

Todas essas demandas agem simultaneamente no espaço rural brasileiro, com maior intensidade em algumas regiões e mais fracas em outras. É essa combinação de diferentes intensidades que resulta na heterogeneidade do Novo Rural Brasileiro, aprofundando nossas diferenças regionais. Cada uma delas tem sua especificidade muito marcada, resultando em tipos muito distintos de Orna's geradas, como mostramos anteriormente.

AS POLÍTICAS

Quais seriam então as políticas públicas mais adequadas para tratar dessas novas dinâmicas? O objetivo maior das políticas de desenvolvimento rural deve ser o de melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, tendo como meta o pleno exercício da cidadania.

No caso brasileiro, uma política de desenvolvimento local deve ter como eixo central a eliminação da "pobreza rural". Não há uma política mais abrangente voltada especificamente para eliminar a pobreza rural: o que existe são programas e projetos isolados, que acabam tendo pouca repercussão a médio e longo prazos para a inserção social dos pobres rurais. Na grande maioria das vezes, a ênfase das políticas de combate à pobreza rural é setorial e com uma abordagem parcial (geralmente agrícola) dos problemas. Além disso, as políticas voltadas para a pobreza são geralmente assistencialistas, de curto prazo, gerando mais dependência do que formas de se resolver os problemas locais.

Nas áreas rurais mais pobres do País, os municípios também são pobres e dispõem de menores capacidades institucionais e profissionais, inclusive para possibilitar o seu acesso aos programas e planos das esferas administrativas públicas, assim como para atrair recursos e investimentos privados. A maioria dos programas governamentais da atualidade são de livre acesso, de modo que os municípios mais ricos, mais bem localizados, com servidores públicos mais capacitados, e com melhor organização institucional sempre levam vantagem no acesso aos recursos públicos em comparação com os demais. Têm-se, assim, um círculo vicioso de pobreza que exige políticas direcionadas especificamente para esses municípios menos favorecidos.

A partir de um patamar mínimo de cidadania pode-se pensar em outras políticas que permitam:

- Desenvolver a capacidade da população rural mais pobre para a geração, execução e gestão de iniciativas de desenvolvimento local.
- Enfatizar a ação pública de fomento e investimento, de modo que seus programas operem de forma descentralizada e desenvolvam as potencialidades locais, assim como a associação e a participação de seus destinatários.
- Potencializar as instâncias de “orquestração” dos interesses do local para divulgação e implementação dos programas e políticas, de modo a facilitar o acesso de todos os beneficiários (Campanhola & Graziano da Silva, 2000).

Mas a questão fundamental é: como lograr esse patamar mínimo de cidadania? Como ponto de partida deve-se admitir, face aos resultados apresentados neste texto, que a existência de políticas agrícolas ativas é condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento rural. É necessário que se ampliem os objetivos e se procure a integração entre as diferentes políticas do meio rural, de modo a contemplar a grande variedade de dinâmicas de ocupações hoje presentes nesse ambiente.

Com essa proposta em pauta, podemos pensar em políticas que cuidem, além do ramo agropecuário, de vários outros temas que hoje são relevantes ao processo de desenvolvimento rural.

No caso brasileiro, cinco grupos de políticas são fundamentais para o desenvolvimento desse “novo rural”, a saber:

- Políticas de “desprivatização” do espaço rural, tais como: criação de programas de moradia rural, recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas para lazer no entorno de reservas ecológicas, parques e represas; e a implantação de uma reforma agrária não exclusivamente agrícola nas Regiões Centro-Sul do País.
- Políticas de urbanização do meio rural visando à criação de infra-estrutura de transportes e comunicação, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação.

- Políticas de geração de renda e ocupações não-agrícolas, que visem estimular a pluriatividade das famílias rurais e outros usos para os espaços rurais (como o turismo, a moradia e a preservação ambiental), promovendo também a requalificação profissional necessária dessa população para a sua reinserção nesses novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo.
- Políticas sociais compensatórias ativas, tais como aposentadoria precoce em áreas desfavorecidas, estímulo a jovens agricultores, renda mínima vinculada à educação de crianças (como no caso dos cortadores de cana mirins, trabalhadores das carvoarias), etc.
- Reordenamento político-institucional que reconheça as novas formas de regulação que vêm surgindo no novo rural e que permitam tanto superar o tratamento individualizado dado até aqui aos beneficiários das políticas públicas, como fortalecer novas estruturas do poder local para que seja possível a efetiva descentralização das atuais políticas públicas do País.

Entre as principais políticas de geração de renda e emprego poderíamos citar:

- Firmas prestadoras de serviços para a agricultura: terceirizados com especialização em determinadas práticas culturais, processo de embalagem (inclusive de produtos orgânicos) e distribuição à rede varejista, entrega de produtos em domicílio, firmas de colheita, firmas para atender chácaras de lazer (tratamento de piscinas, implantação e tratos culturais em pomares, jardinagem, recuperação de matas, construções rústicas com matéria-prima local, etc.)
- Unidades rurais que prestam serviços de lazer: pousadas, pesque-pague, balneários, com prioridade para propriedades agrícolas, por exemplo, na Zona da Mata nordestina, para promover o convívio com as famílias de pescadores.
- Criação de “nichos” de mercado para produtos orgânicos, produção hidropônica, animais e plantas nativas ou exóticas, floricultura e plantas ornamentais, etc.
- Produção e comércio de artigos artesanais: redes e rendas, artigos de madeira e de fibras naturais, artigos de arte com motivos do local, doces e compotas, pães e bolos, iguarias delicadas, etc. A idéia aqui seria a diversificação da oferta de produtos e a melhoria da sua qualidade.

- Agroindústrias: açúcar mascavo, por exemplo.

Para todas essas atividades, a educação, a qualificação e o treinamento das pessoas são fundamentais. A passagem de atividades agrícolas para não-agrícolas não é automática e exige grande esforço de aprendizado pelas pessoas. Enfim, é preciso remover o viés urbano e agrícola das atuais políticas públicas, sem o quê o desenvolvimento do novo rural brasileiro estará comprometido.

A Fig. 3 ilustra o que estamos querendo dizer: é preciso tomar o rural como um espaço de múltiplas dimensões e não apenas como um local onde se realizam atividades agropecuárias.

Antes de encerrar, um alerta: o novo rural não é composto somente de “amenidades”, para usar uma expressão muito em moda nos países desenvolvidos. Como já dissemos, no Brasil, a maior parte das Ornas, por exemplo, não passa de trabalhos precários, também de baixa remuneração. Mostramos também que o crescimento dos desempregados no meio rural superou a taxa dos 10% ao ano no período 1992/99, sendo que apenas uma parte disso se deve ao “retorno temporário” dos filhos que haviam migrado anteriormente para as cidades e voltam à casa dos pais até que encontrem outro trabalho. E há ainda milhões de “sem-sem” prontos para engrossar o êxodo rural, assim que o crescimento industrial gerar novas oportunidades de trabalho nas cidades, porque não têm as mínimas condições de educação, saúde, habitação, etc.

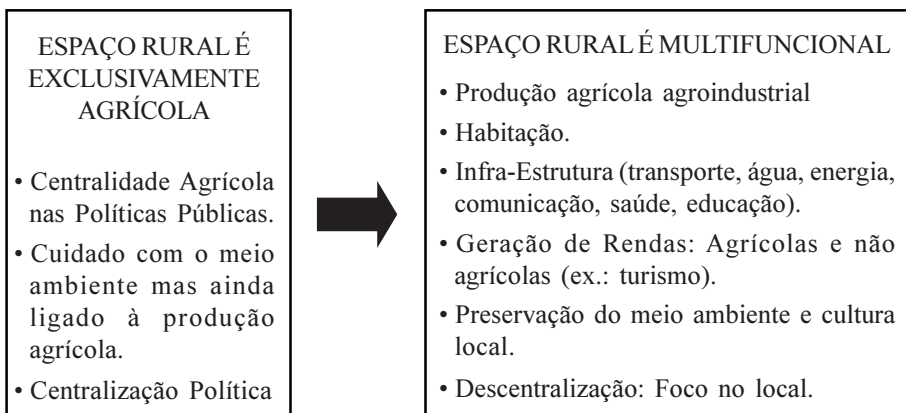


Fig. 3. O foco das velhas e novas políticas de desenvolvimento rural.

O traço comum entre o novo e o velho rural é a sua heterogeneidade, o que impede a generalização de situações locais específicas. Há novas formas de poluição e destruição da natureza associadas tanto às novas atividades agrícolas, como às não-agrícolas. Mesmo nos condomínios rurais habitados por famílias de altas rendas, o tratamento do lixo e o esgotamento sanitário são muito precários na grande maioria dos casos. Da mesma maneira, embora até mesmo a empregada doméstica ganhe melhor que o “bóia-fria”, o maior nível de renda monetária propiciado pelas Ornas nem sempre significa uma melhoria nas condições de vida e trabalho das famílias rurais não-agrícolas, especialmente quando isso implica perda ao acesso à terra e à possibilidade de se combinar as rendas não-agrícolas com atividades de subsistência .

A emergência das novas funções (principalmente lazer e moradia) para o rural, aliada à perda da regulação setorial (via políticas agrícolas e agrárias) resultante do esvaziamento do Estado Nacional, deixou espaços que demandam novas formas de regulação públicas e privadas. É o caso exemplar das prefeituras se batendo contra a proliferação desordenada dos condomínios rurais que não passam no fundo de novas formas de loteamentos clandestinos, que, uma vez implantados, acabam demandando ampliação dos serviços como luz, água, coleta de lixo, etc.; ou dos pesque-pague, que têm que se submeter à fiscalização do Serviço de Saúde, do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama – e do Instituto Nacional da Reforma Agrária – Incra – que possuem legislações contraditórias para enquadramentos de uma mesma atividade; ou então das novas reservas florestais fora da propriedade, que não são reconhecidas legalmente, embora possam ter maior valor ecológico do que a manutenção de pequenas áreas descontínuas no interior das pequenas e médias propriedades rurais. Esses são apenas alguns exemplos marcantes de que precisamos de uma nova institucionalidade para o novo rural brasileiro, sem o quê corremos o risco de vê-lo envelhecer prematuramente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o transcorrer do Projeto, observou-se que há ainda muitas lacunas a serem pesquisadas. Com esse objetivo, iniciamos, em maio de 2001, o que denominamos de Fase III do Projeto Rurbano, que deverá contemplar os seguintes tópicos:

- Identificar os principais condicionantes de distribuição da renda das pessoas e das famílias rurais e agrícolas, tais como o grau e a intensidade da

pluriatividade na agropecuária brasileira, a distribuição da terra segundo a posição da ocupação dos membros dos domicílios, o efeito das diferentes formas de acesso à terra (proprietário, parceiro, arrendatário e conta-própria) sobre os rendimentos das famílias, as diferentes formas de ocupação dos membros da famílias segundo sexo, grau de escolaridade, as características dos domicílios e sua disponibilidade de bens e serviços essenciais, etc. Pesquisar a importância do trabalho doméstico como alternativa de ocupação e renda das famílias rurais, isolando essa categoria de trabalhadores como uma nova posição na ocupação e um outro tipo específico de atividade.

- Pesquisar a importância da agroindústria e da indústria rural como geradoras de emprego e renda no meio rural, em particular no Estado de São Paulo e em Minas Gerais, que têm um dos maiores parques agroindustriais do País.
- Realizar uma caracterização das famílias rurais e agrícolas com aposentados e desocupados, com o objetivo de propor uma política previdenciária ativa para as regiões desfavorecidas do meio rural brasileiro.
- Realizar uma caracterização das famílias sem-terra em relação à renda e ocupação de seus membros nas grandes regiões e principais unidades da Federação, visando delimitar o que se poderia chamar o “núcleo duro” (“core”) da pobreza rural com o objetivo de subsidiar a política nacional de assentamentos rurais.

Além desses temas, que decorrem das conclusões e resultados preliminares já obtidos, na Fase III do Projeto Rurbano pretende-se realizar alguns estudos-de-caso com vistas a:

- Identificar as possíveis causas da subestimação das rendas variáveis nas PNADs, em particular das rendas agrícolas.
- Aprofundar as dinâmicas de geração de ocupações não-agrícolas identificadas para o Brasil em algumas regiões específicas que se destacaram nas análises anteriores (turismo no Nordeste; chácaras de recreio no Sudeste, etc.).
- Investigar a questão da identidade das famílias rurais pluriativas e/ou não-agrícolas frente aos novos sujeitos sociais do novo mundo rural, tais como caseiros, moradores de condomínios fechados, aposentados, etc.

- Aprofundar o tema das relações entre o desenvolvimento local e o poder local destacando a competência dos diferentes níveis de ação do poder público (municipal, estadual e federal), bem como quais seriam as principais formas de intervenção pública e privada sobre as áreas. Avaliar o impacto ambiental e socioeconômico das novas atividades desenvolvidas no meio rural; e introduzir a questão da legislação ambiental, trabalhista e a necessidade de um código do uso do solo, água e outros recursos naturais para gestão do território urbano. Aprofundar o tema das políticas públicas para o Novo Rural brasileiro, com ênfase na política de turismo rural como alternativa de geração de novas oportunidades de negócios e ocupações no meio rural.

Além desses estudos-de-caso, pretendemos, em 2002, iniciar a análise dos dados do Censo Demográfico de 2000, que nos possibilitará um tratamento territorial inferior ao corte metro/não-metropolitano permitido pelas PNADs, como, por exemplo, microrregiões, bacias hidrográficas e até mesmo municípios.

Para cumprir os objetivos anteriormente descritos foram delineados 20 subprojetos de pesquisa, 8 teses de doutoramento, 7 dissertações de mestrado e vários projetos de iniciação científica. Nosso projeto de pesquisa envolve atualmente 45 pessoas entre professores universitários, profissionais liberais de várias origens e estudantes de graduação e pós-graduação, distribuídos por 20 instituições de pesquisa em 11 estados do País, sendo que 25 têm título de doutor ou acima.

REFERÊNCIAS

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 145-180.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente; Campinas: Unicamp-IE, 2000. 4 v.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1981-95**. 1999. 221 p. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 1999.

- DEL GROSSI, M. E. Urbanização estatística. **Revista Globo Rural**, maio 2001.
- FULLER, A. From part-time to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, Great Britain, v. 6, n. 4, p. 361-373, 1990.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Força de trabalho na agricultura paulista**. São Paulo, 1996. (Coleção Análises & Ensaios, 3).
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: Unicamp-IE, 1999. (Coleção Pesquisas).
- GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.
- KLEIN, E. **El empleo rural no agrícola en America Latina**. Santiago: PREALC / OIT, 1992. 22 p. (Documento, 364).
- MARSDEN, T. Towards the political economy of pluriactivity. **Journal of Peasants Studies**, Great Britain's, v. 6, n. 4, p. 319, 1990.
- MONTEIRO, M. J. Preços agrícolas: trinta anos de queda. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, p. 26-27, fev. 1998.
- PESQUISA ACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro, IBGE, 1981
- PESQUISA ACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro, IBGE, 1992-1999.
- PLOEG, J. van der. The agricultural labour process and commoditization. In: LONG, N. **The commoditization debate: labour process, strategy and social network**. Netherlands: Agricultural University Wageningen, 1986.
- PROJETO Rurbano. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>> Acesso em: 2000.
- SOUZA, M. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná**. 2000. Tese (Doutorado) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Unicamp, Campinas, 2000.
- WELLER, J. El empleo rural no agropecuario en el istmo centroamericano. **Revista de la Cepal**, n. 62, p. 75-90, 1997.